



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO
PROGRAMA PRÓ- LICENCIATURA - PLANALTINA- DF

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O PROCESSO DE
INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DE PORTADORES DE
DEFICIÊNCIA FÍSICA

Ana Cristina da Silva

PLANALTINA-DF
2012



Ana Cristina da Silva

Monografia apresentada à Universidade de Brasília - UnB como requisito parcial para aprovação no Curso de Licenciatura em Educação Física do Programa Pró-Licenciatura - Pólo Planaltina-DF. Sob a orientação do professor Gabriel Francisco Martins Fernandes.

**PLANALTINA-DF
2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

Ana Cristina da Silva

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

Trabalho Monográfico defendido e aprovado como requisito final para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II e no Curso de Licenciatura em Educação Física do Programa Pró-Licenciatura da Universidade de Brasília – Pólo Planaltina – DF.

Prof. Esp., Gabriel Francisco Martins Fernandes
Universidade de Brasília
Orientador

Avaliador (a)

Avaliador (a)

Aprovado em _____ de _____ de 2012.

Conceito Final: _____

Planaltina
2012.

AGRADECIMENTO

Certamente agradeço a Deus e os meus familiares, amigos que acompanhou toda minha aflição, temor em não conseguir concluir este curso. Em especial a minha família, mãe, filhas que foi de suma importância para o sucesso deste curso, pois foram muitos finais de semana sem me dedicar a minha família.

DEDICATÓRIA

Dedico em primeiro lugar este trabalho a Deus, que me deu esta oportunidade de concluir esta Faculdade, e sem duvida as minhas filhas é em especial a Janaina, filha você e meu tudo, te agradeço pela força e dedicação.

“Um novo dia vem nascendo
Um novo sol já vai raiar
Parece a vida, rompendo em luz
E que nos convida a amar.”
(Vinicius de Moraes)

LISTA DE ABRVIATURAS E GRÁFICOS

ANEE' s – Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

MEC - Ministério da Educação e Cultura

CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro

Gráfico 1 – Opinião dos professores para a forma de recebimento dos ANEE's.

Gráfico 2 – Dificuldades dos professores em realizar suas aulas.

Gráfico 3 – Comportamento dos professores com os ANEE's.

Gráfico 4 – Verificar se os professores se sentem capacitados e motivados.

Gráfico 5 – Indicação de medidas para solucionar a problemática apresentada.

Gráfico 6 – Principais dificuldades dos ANEE's nas aulas de Educação Física.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 – OBJETIVOS.....	15
1.1 Geral.....	15
1.2 Específicos.....	15
2 – REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 Aspectos Históricos da Educação Inclusiva.....	16
2.2 Inclusão Escolar: Um Direito e Dever de Todos.....	20
2.3 Inclusão e Integração.....	23
2.4 Desafios da Educação Inclusiva.....	27
2.5 Dificuldades dos Professores.....	29
3 – METODOLOGIA.....	32
3.1 Delineamento da Pesquisa.....	32
4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	34
4.1 Instrumento e Amostra.....	34
4.2 Relato sobre a Escola.....	34
4.3 Análise e Discussão dos Resultados.....	35
CONCLUSÕES.....	47
REFERRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
APÊNDICES.....	52
Anexo I – TCLE.....	52
Anexo II – Termo de Concordância.....	54
Anexo III – Questionário.....	56

RESUMO

Atualmente, a questão da acessibilidade dos deficientes físicos está em destaque em todos os campos temáticos da sociedade, seja na área da educação, como na saúde, como nos transportes, enfim, todos da sociedade se unindo para garantir a inclusão social dessas pessoas com necessidades especiais. Na área da educação, o cenário dos alunos com deficiência física não é muito bom, pois eles possuem uma grande dificuldade de aprendizado tendo em vista a falta de estrutura da escola que não conta com espaços adaptados para sua locomoção e interação, além da falta de profissionais qualificados. Nas aulas de Educação Física, a realidade das escolas se torna ainda mais insatisfatória, pois mesmo não havendo material condizente com as necessidades dos alunos os professores não possuem qualificação para lidar com esse tipo de alunos diferenciados, sendo que muitos alunos nem mesmo sabem o que é uma aula de educação física, pois os professores não possuem motivação para elaborar suas aulas pela falta de material ou até mesmo de espaço físico para realizar suas aulas. Assim, é preciso realizar uma análise dessa questão da inclusão escolar dos alunos deficientes físicos nas aulas de educação física, para verificar a real deficiência do ensino, se está nas escolas ou nos profissionais da área de educação física, sendo que este trabalho monográfico realizou um estudo de caso em uma escola Municipal da cidade de Formosa/GO com os professores da área de Educação Física que apresentaram como maior dificuldade a falta de estrutura da escola além da falta de capacidade para lidar com este tipo de alunos.

Palavras-chaves: Inclusão social – Deficiência Física – Aulas de Educação Física – Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A questão dos portadores de deficiência no Brasil e no mundo está a cada dia mais em voga, pois estas pessoas estão a cada dia conquistando a sua independência e os seus direitos como qualquer outra pessoa. Tal preocupação com o estudo dos alunos deficientes físicos se fez necessário haja vista a observação que fora realizada nas escolas, pois atualmente são poucas escolas que tem uma preocupação em aceitar estas pessoas em seu quadro de alunos, seja por não possuir estrutura e profissionais aptos ou por não terem preocupação em se adaptarem com as suas necessidades especiais.

Para a estruturação do trabalho monográfico será abordada a questão da legislação em nosso País, verificando se existem ordenamentos jurídicos que estabeleçam algum tipo de direito e garantia para os portadores de deficiência física, ou se as normas existentes estão sendo aplicadas na sua integridade garantindo a inclusão educacional e social dessas pessoas.

Neste aspecto legal, é de suma importância citar Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a qual garante em seu artigo 1º o direito de igualdade, estabelecendo que todos são iguais perante lei.

Sendo assim, o fato de uma possuir uma necessidade especial, não dá direito à sociedade de menosprezar ou excluí-la socialmente, pois a necessidade de se respeitar as diferenças de cada um é um fator preponderante para o exercício da cidadania.

Assim, o autor Mantoan citando o referido direito de igualdade cita a Constituição Federal:

Nossa Constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, ao eleger como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso II e III) e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras

formas de discriminação (artigo 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito de todos à educação, direito esse que deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (MANTOAN, 2006, p. 26) ¹

Será realizada também uma abordagem histórica da concepção de educação inclusiva, passando pelos períodos de exclusão, segregação, interação e inclusão, tudo isso servindo de base para verificar as mudanças realizadas para a garantia de um ensino regular para as pessoas com deficiência física. Tal fato irá se justificar pela preocupação da sociedade em proporcionar esta inclusão para estes alunos especiais favorecendo melhores condições de vida. Assim complementa Marcelo Duarte Porto:

Vivemos em um momento de transição de paradigmas educacionais, que se pretende garantir, melhores condições de vida para as pessoas deficientes e melhor qualidade no ensino. A educação inclusiva tornou-se uma preocupação de toda a sociedade e em especial do corpo docente que discute suas inquietações, medos, inseguranças, inclusão dos alunos com deficiência. (MARCELO DUARTE PORTO, 2010, p. 10).²

Tais argumentos servirão para traçar um parâmetro entre as dificuldades vividas tanto pelo aluno deficiente físico, como pela escola como um todo, pois é a partir das dificuldades de locomoção e de seu desenvolvimento que a escola terá que se adaptar tanto em seus aspectos físicos e estruturais como de pessoal, em especial os professores de Educação Física para poder proporcionar uma interação entre este aluno e o seu direito de estudar e de participar ativamente da vida em sociedade.

Será realizada uma pesquisa de campo em uma escola municipal na cidade de Formosa/GO que trará dados de diferentes níveis de escolaridade, pois para saber o nível de aprendizado de cada aluno é preciso diferenciar as fases de ensino e de evolução de cada aluno, observando se o ANEE's física acompanha esse evoluir da mesma forma que os outros alunos não

¹ MANTOAN, M. T. E., Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer? 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006, pg. 26.

² PORTO, Marcelo Duarte. Educação Inclusiva: Concepções e Práticas na Perspectiva de Professores. Editora Aplicada, Brasília/DF, 2010, pg. 20.

deficientes, pois conforme ensinamento da autora Gislene C. de Oliveira o comportamento de cada aluno em cada nível de escolaridade é diferente quanto a sua psicomotricidade, dependendo alguns alunos de uma atenção dedicada dos educadores, assim dispõe a autora:

No âmbito escolar, costumam-se diferenciar fases do ensino, as características e necessidades especiais de quem necessita da total atenção e dedicação do educador e pela maneira como se comportam e se manifestam nesse ambiente. Alguns alunos são participativos e gostam de estar à frente de jogos e brincadeiras, correm, brincam, saltam e se divertem em atividades de recreação. (GISENE C. DE OLIVEIRA, 2007, p. 19) ³

Dessa forma, o ponto dessa pesquisa propiciará dados para verificar que os estímulos que devem ser feitos nos movimentos corporais dos deficientes físicos deve ser de forma diária e intensa, fazendo com que a noção de equilíbrio existente na memória corporal dele se torne cada vez mais ativa na mente e em seu corpo.

Após a abordagem dessa questão de lateralidade para o desenvolvimento motor do aluno em seu aspecto físico, será feita uma análise do aspecto psicológico desses alunos quanto ao seu tratamento na escola como uma pessoa integrante do convívio social de uma escola regular, pois terá que haver uma total interação entre os educadores da área de Educação Física com a coordenação da escola para poder realizar atividades que são condizentes com as dificuldades desses alunos favorecendo ao máximo a sua vontade de participar das aulas e perceber que mesmo com a suas dificuldades motoras pode realizar as aulas como qualquer um dos seus colegas.

Para que isso ocorra é preciso uma mudança nas disciplinas curriculares, havendo o desejo de se romper com as antigas regras de ensinamentos para poder se adaptar com a essa realidade da inclusão social e educacional desses alunos especiais. Assim, as mudanças devem ocorrer não só nos profissionais da área de Educação Física como nas outras disciplinas,

³ OLIVEIRA, Gislene C. de. Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007, pg. 19.

mas também nos parâmetros curriculares de ensino. Nesse sentido aduz o autor Mantoan:

Essa proposta pedagógica subsidia a educação não-disciplinar, caracteriza-se pelos seguintes aspectos: rompimento das fronteiras entre as disciplinas curriculares; formação de redes de conhecimento e de significação, em contraposição a currículos conteudistas, a verdades prontas e acabadas, listadas em programas escolares variados; integração de saberes, decorrente de transversalidade curricular e oposta ao consumo passivo de informações e de conhecimentos sentido; policompreensão da realidade; descoberta, incentivada e autonomia do sujeito na conquista do conhecimento; ambiente de aprendizagem, favorecidos por temas de estudo que partem da realidade, da identidade social e cultural dos alunos, contra toda a ênfase no primado do enunciado e no conhecimento pelo conhecimento. (MANTOAN, 2002, pg. 18):⁴

Outro ponto central neste trabalho será quanto à estrutura física da escola, pois estas precisam se adaptar com as dificuldades de locomoção dos ANEE's, favorecendo a sua liberdade de ir e vir sem qualquer obstáculo que o limite de passear pela escola sem precisar da ajuda de um colega ou de um professor para ir ao banheiro, por exemplo.

A escola que contribui para o amplo acesso do aluno deficiente na sua estrutura física faz com que este tenha a sua independência e que desenvolva o seu lado cognitivo e motor de forma satisfatória, fazendo com que o aluno vença os seus obstáculos do dia a dia com a maior facilidade, participando de disciplinas, como a Educação Física, que até então era algo muito longe da sua realidade.

Após as abordagens desses pontos estruturantes, físicos e psicológicos dos alunos deficientes físicos na sua inclusão educacional e social nos capítulos seguintes da monografia, a pesquisa passará a trazer dados concretos e reais da escola que foi observada no decorrer da confecção do trabalho, apresentando dados conclusivos sobre a real situação desses alunos no município de Formosa/GO, verificando se as escolas estão aptas a oferecer um ensino condizente com as suas dificuldades. Outro ponto especial da

⁴ MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda**. Revista Pátio, Porto Alegre, ano 5, nº 20, p. 18 e 19.

pesquisa será a elaboração de um questionamento de perguntas e respostas para os educadores de Educação Física, levantando dados para descobrir as principais dificuldades desses profissionais e os pontos de defasagem da nossa Educação Social em elaborar um parâmetro curricular que se adapte com essa nova realidade.

As contribuições deste trabalho monográfico serão no sentido de um alerta para escolas municipais de Formosa/GO em prestarem mais atenção a este tipo de aluno em tentar a todo o momento interagi-lo com os outros colegas, mas observando suas limitações, proporcionando a elaboração de uma grande curricular que ajude os professores de Educação Física na elaboração do seu plano de aula.

Outra contribuição será no sentido de fiscalizar as estruturas das escolas em receberem seus alunos deficientes físicos, verificando a acessibilidade das áreas abertas, como pátio, quadras entre outros espaços relacionadas às atividades físicas. Tudo isso será suficiente para visualizar a hipótese se há ou não a inclusão educacional e social desses alunos especiais por parte dos professores da área de Educação Física.

O presente tema se justifica pela grande importância no âmbito social tendo em vista as dificuldades das pessoas com algum tipo de deficiência física em ter um espaço garantido na sociedade, pois com a sua limitação acaba tendo um tratamento diferenciado ou sendo esquecido como ser humano.

Dessa forma, diante do problema apresentado, será realizada uma pesquisa de campo para se coletar dados para a verificação dessa interação entre o aluno deficiente físico na escola em especial na disciplina de Educação Física, sendo como ponto estruturante a Escola Ediva Maria de Paiva no município de Formosa/GO, onde ela atua nos níveis/Modalidades de Ensino da Pré-Escola; Fundamental de 1ª a 4ª Serie; 5ª a 9ª fundamental, que conta com uma política de “Inclusão com Educação Especial”, verificando as dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física em ministrar suas aulas para estes alunos especiais.

1 OBJETIVOS

1.1 GERAL

Analisar nas escolas como os professores de Educação Física promovem a inclusão de alunos deficientes físicos nas atividades rotineiras de educação física da grade curricular escolar.

1.2 ESPECÍFICOS

Contudo, cumpre salientar que de maneira específica a presente obra científica objetiva:

- a) **Analisar** os aspectos históricos da educação inclusiva, de como era tratada esta questão até o momento atual sendo um direito garantido a todos da inclusão social;
- b) **Identificar** quais as limitações dos professores para planejar aulas de educação física, levando em conta a estrutura física da escola, os recursos materiais e humanos;
- c) **Relacionar** vários modelos de atividades que possibilitam a inclusão dos alunos deficientes físicos, de forma a promover a autoestima do aluno para que este se sinta produtivo e participante individualmente e coletivamente nas aulas de Educação Física.
- d) **Demonstrar** através de entrevistas a realidade das escolas municipais de Formosa/GO que possuem a inclusão de alunos deficientes físicos.
- e) **Hipótese** de constatar se há inclusão por parte dos profissionais da área de educação física dos portadores de necessidades especiais.

2 REVISÃO LITERATURA

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da educação inclusiva se divide, conforme ensinamento de R. K. Sassaky (2006), em quatro períodos históricos, sendo eles o da exclusão, segregação, integração e inclusão. Tal sistemática instituída pelo referido autor, tem por objetivo estabelecer uma linha do tempo por onde a educação inclusiva fora desenvolvendo, demonstrando como as pessoas com alguma deficiência era tratada, até chegarmos ao nosso tempo contemporâneo, onde a questão da inclusão social dos alunos deficientes físicos está sendo tratada de forma especial por todas as áreas públicas.

O primeiro período denominado de exclusão se verifica pelo tratamento de total exclusão social das pessoas com deficiência física, sendo que consta na história que este tipo de pessoas eram consideradas contra Deus, que estavam possuídas por demônios, por isso eram diferentes das outras pessoas por ter algum tipo de anomalia, sendo que tais pessoas chegaram até sofrerem algum tipo de tortura.(PORTO, 2010)

No relato do Autor Marcelo Duarte Porto, percebemos como eram tratadas desumanamente as crianças com deficiência na antiga China e Grécia:

Sabe-se que na China antiga, na Grécia e em outras culturas o assassinato de criança com deficiência era algo aceito pela sociedade. As crianças que nasciam “deformadas” eram consideradas como subumanas, como seres anormais, por isso as famílias recebiam apoio do Estado e da sociedade para matar ou abandonar a criança à própria sorte. (PORTO, 2010, p. 20)⁵

Entretanto, tal cenário de exclusão e assassinatos foi se transformado aos poucos, onde que na época do Renascimento fora surgindo uma preocupação com as pessoas deficientes, sendo que as pesquisas científicas

⁵PORTO, Marcelo Duarte. Educação Inclusiva: Concepções e Práticas na Perspectiva de Professores. Editora Aplicada, Brasília/DF, 2010, pg. 20.

também se intensificaram, surgindo assim o período da segregação. Neste instante, as pessoas deficientes passam a ser tratadas como pessoas doentes e não mais como anomalias, recebendo os tratamentos necessários a partir de cada deficiência.

Neste período de segregação as visões médicas sobre cada tipo de deficiência fora se desenvolvendo, sendo que tais pessoas necessitavam de cuidados e de forma primordial, de um tratamento médico especializado. Não havia ainda uma preocupação na educação das pessoas deficientes nem mesmo existia a concepção de proporcionar certa autonomia para que estas pessoas se adaptassem com a sociedade. Assim tal época do Renascimento, teve uma análise mais clínica das deficiências físicas do que inclusiva.

Nesta concepção Ferreira e Guimarães, relatam que os sujeitos com deficiências, apesar de serem vistas como cidadãos, capazes de direitos e deveres de participação na sociedade, continuavam a ser atendidas sob uma ótica assistencial e caritativa, predominando ainda a hegemonia médica. (FERREIRA, 2003, p. 30)

O problema da deficiência física e de seu tratamento de forma humana e social estava cada vez mais em tela, sendo que no final do século XIX com a preocupação de um ensino para todos, fora construída a concepção de “escolas comuns” públicas, onde a maioria das crianças era educada. Entretanto, vários grupos de crianças foram excluídos das escolas públicas regulares. Os saudosos doutrinadores William Stainback e Susan Stainback relatam que:

Os afro-americanos e os nativos americanos eram grande parte educados em sistemas escolares separados, sendo nesta mesma forma, os alunos com deficiência visível e importante continuaram, em sua maioria, sendo segregados. As instituições residenciais e as escolas especiais permaneceram sendo indicadas para educar alunos cegos ou surdos ou com deficiência física. Os alunos com déficits importantes de desenvolvimento e geral não tinham nenhum tipo de serviço educacional disponível e ficavam quase sempre nas

alas dos fundos das grandes instituições do Estado. (STAINBACK, 2008, p. 37)⁶

Mesmo com essa atenção médica dada às pessoas com deficiência física e a instituição das escolas públicas não era suficiente para o seu desenvolvimento comportamental, começando na segunda metade do século XX uma luta pelos direitos humano sendo fortalecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, o período da segregação estava sendo enfraquecido pelo clamor da sociedade em garantir direito iguais para todas as pessoas, mesmo com deficiência física.

Surge então o período da integração e inclusão, “onde teve o fortalecimento da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem juntamente com os movimentos de pais e de crianças às quais era negado o ingresso às escolas regulares.” (PORTO, 2010, p.24)

A partir desse momento histórico da integração e inclusão das pessoas com deficiência na aprendizagem escolar surgiu a noção de Escola Especial sendo garantidos a todas as pessoas, em especial, o direito à educação. De forma mais específica e contextualizada, o autor Sasaki (2008) especifica às organizações de pais e alunos criadas na década de 1950 e 1960, que defendiam entre outros direitos de seus filhos deficientes, a necessidade de aprendizado em ambientes mais normalizados, assim especifica:

Durante as décadas de 1950 e 1960, os pais de alunos com deficiência fundaram organizações como a National Association for Retarded Citizens (Associação Nacional para os Cidadãos Retardados) e iniciaram ações legais para reivindicar a educação de seus filhos. Um grupo de líderes da educação especial (...), começaram a defender os direitos dos alunos com deficiência de aprender em ambientes escolares mais normalizados, junto com seus pares. Pela primeira vez, e em uma base ampliada, as restrições impostas pelas instituições segregadas, pelas escolas especiais e pelas classes especiais foram apresentadas como problemáticas. A roda da mudança havia começado a girar. (SASSAKI, 2008, pg. 39)⁷

⁶STAINBACK, Willian; STAINBACK, Susan. Inclusão – Um guia para educadores. Editora Artmed, 2008, Porto Alegre, Pg. 37.

⁷ SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997, pg, 39.

O que se verifica nestes períodos propostos pelo autor Sassaki, o da exclusão, da segregação e da integração e inclusão, é que em um primeiro momento, as pessoas com algum tipo de deficiência eram tratadas como uma forma de demônio, uma anomalia que tinha o direito de continuar a viver, sendo que muitas das vezes mortas de forma prematura, assim não possuíam qualquer valor para a sociedade. Já em um segundo momento da história, a questão da deficiência passou a ser tratada como uma forma de doença, sendo objeto de estudos por vários médicos passando a ter um pouco de atenção da sociedade. Somente no século XX é que houve uma tentativa de integração e inclusão dos deficientes físicos, sendo consideradas pessoas de direitos e deveres, passando a haver uma preocupação em seu aprendizado escolar, mas isso tudo de forma pouco expressiva.

Consta na doutrina do autor Stainback (2008), que no final da década de 1970 e no início da década de 1980, muitos alunos com deficiência começaram a ser integrados em classes regulares, pelo menos por meio turno. Mas este cenário, conforme fora explanado, fora pouco estimulado, sendo que houve várias tentativas de resistência à inclusão educacional dessas pessoas, sendo que até hoje mesmo, percebemos esta resistência por parte da sociedade e até mesmo do Poder Público. O referido autor comprova tais dados pelo fato de que:

Desde 1970 tem havido aumentos vigorosos no número de crianças identificadas como pessoas com deficiência, mas apenas um aumento geral mínimo com respeito a encaminhamentos mais inclusivos desde a promulgação do PL 94-142 (o Ato da Educação para Todas as Crianças Portadoras de Deficiências de 1975). (STAINBACK, 2008, pg. 40) ⁸

Assim, a concepção de exclusão do passado proporcionou de certa forma, uma oportunidade de igualdade de ensino regular a todos as crianças, sejam elas deficientes ou não, sendo que mesmo com os obstáculos existentes no cotidiano que tende a tratar os alunos deficientes de forma diferenciada e

⁸ STAINBACK, Willian; STAINBACK, Susan. Inclusão – Um guia para educadores. Editora Artmed, 2008, Porto Alegre, Pg. 41.

com aspectos de exclusão social, há uma grande expansão do movimento de inclusão que tende a direção de uma reforma educacional, mas que precisa a cada dia de incentivo da sociedade e do Poder Público.

2.2 INCLUSÃO ESCOLAR: UM DIREITO E DEVER DE TODOS

A nossa Constituição Federal de 1988, traz em seu artigo 5º um rol de direitos e garantias fundamentais, dentre estes podemos citar o direito de igualdade onde estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Diante desse direito constitucional todos deve ser tratado de forma igualitária sem qualquer tipo de discriminação, mas observando as suas desigualdades, como é o caso dos deficientes físicos, que possuem os mesmo direitos e obrigações como qualquer outra pessoa, mas com certas limitações que não a impedem de fazer parte da sociedade. (BRASIL, 1988)

Além do direito de igualdade, a Constituição Federal garante em seu artigo 205 o direito de educação sendo um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Se a Carta Magna garante a educação e o tratamento igualitário a questão da inclusão social dos alunos deficientes físicos nas escolas se torna um tema cada vez mais em voga na nossa sociedade, pois mesmo tendo uma proteção constitucional desde o ano de 1988 o que se verifica é um grande afastamento destes alunos nas escolas, sobretudo nas aulas de Educação Física que necessita de certo esforço físico.

Mesmo com essa garantia constitucional, existem muitos casos de total exclusão educacional, pois o que se observa são escolas e pessoas que não

estão aptas a lidar com essa nova perspectiva de uma educação regular inclusiva. São muitos os casos de famílias que possuem um ente com certa deficiência física que primam por um ensino que proporcione uma interação entre estes e alunos regulares, fazendo com que haja um convívio mais humano e social, sem qualquer tipo de exclusão, mas que sejam tratados igualitariamente observando a sua desigualdade.

Neste prisma, estatuí Claudia Werneck:

Uma sociedade inclusiva tem compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas deficientes. Tem compromisso com ela mesma porque se autoexige transformações intrínsecas. Nesse processo, o movimento pela inclusão tem características políticas. Pretende alterar a estrutura constitucional do Estado. (CLAUDIA WERNECK, 2000, pg. 41):⁹

Dessa forma, a inclusão escolar é um direito para todos e um compromisso para todos os cidadãos, sendo um processo árduo e longo para sua total efetividade, pois o cenário que presenciamos atualmente é somente uma tentativa de inclusão, sem haver um comprometimento e medidas concretas sendo implementadas nas escolas.

Os princípios identificadores da inclusão não se aplicam somente à questão dos alunos deficientes físicos, este é um direito de todos os alunos, de forma geral e sem qualquer especificação social ou fisiológica. Assim, a questão da inclusão escolar proporciona uma interação entre todos os alunos, não fazendo uma distinção de grupos ou de ensinos, pois se tal medida ocorrer não se estará atendendo as necessidades de aprendizagem e de interação social dos alunos:

A reforma abrangente da escola envolve dois componentes. O primeiro é uma visão firme da maneira como as escolas poderiam ou deveriam ser. A exigência primordial é conseguir imaginar as escolas de outra maneira – não estratificadas pela capacidade, não apegadas a um currículo fixo, bem equipadas, com professores inovadores e engajados, bem apoiados. Mas o segundo componente essencial de uma ampla reforma escolar, em oposição a uma inovação do programa ou a alguma improvisação da escola, é uma agenda

⁹ WERNECK, Claudia. Ninguém Mais Vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva. 2ª Edição. Editora WVA, 2000, Rio de Janeiro, pg. 41.

compartilhada: o entendimento de que o ajuste da escola a algumas crianças deve significar o ajuste da escola para todas as crianças. (SAPON – SHEVIN, 1995, pg. 70)¹⁰

Incluir um aluno com deficiência em uma escola regular gera uma participação ampla da escola com comunidade, seja na própria estrutura da escola, como no relacionamento interno e externo do aluno. As pessoas preocupadas com o ensino exigem reforma, reestruturação e renovação das escolas. Os alunos, os pais, os professores e os diretores que estão ativamente envolvidos no trabalho cotidiano de incluir alunos com deficiências importantes representam uma força cultural poderosa para a renovação da escola. (STAINBACK, 2008, p. 49)

Além desse direito à educação garantida constitucionalmente este diploma legal também garante o atendimento especializado na rede regular de ensino aos portadores de deficiências, conforme se extrai da redação legal do artigo 208, inciso III:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;¹¹

Assim o Estado tem papel fundamental na inserção destes alunos na rede regular de ensino seja por meio de financiamentos públicos ou por realização de projetos educacionais que viabilizem a capacitação dos profissionais para que haja uma inclusão desses alunos com o meio social.

Uma das questões que favorecem a inclusão dos alunos com deficiência é a formação profissional do professor que esteja apto a lidar com as barreiras enfrentadas pelo aluno e a partir de uma medida pedagógica contornar a situação para obter um aproveitamento educacional do aluno.

¹⁰Sapon-Shevin, M. (1995). Por que alunos superdotados pertencem a escolas inclusivas. *Educacional de Liderança*, 52, pg. 70.

¹¹ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

Tal preceito vem garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) em seu artigo 59 que o sistema de ensino deverá assegurar à educação especializada profissionais com especialização que garanta a sua integração nas classes comuns. Assim complementa a autora Rosangela Pereira do Nascimento (2009):

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais especiais, além da precariedade da infraestrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo. (NASCIMENTO, 2009)¹²

Enfim, o desejo de inclusão escolar é algo que necessita da participação de vários fatores que favoreçam o aprendizado do aluno deficiente, seja por meio da aplicação dos preceitos legais, seja através da participação da sociedade ou da capacitação profissional do professor da área de educação física, todos convergindo para um mesmo fim, que é a inclusão do aluno com necessidades especiais.

2.3 INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

Conforme demonstrado no assunto anterior, a questão da inclusão escolar é fundamental para que haja o desenvolvimento do aluno, sendo necessária a realização de medidas para que favoreçam o interagir do professor e escola com o aluno com deficiência. Contudo, muitas pessoas ao abordar a questão da inclusão tende a tratá-la de forma igualitária com a

¹² NASCIMENTO, Rosangela Pereira do. Preparando Professores para Promover a Inclusão de Alunos Necessidades Educacionais Especiais. Londrina, Paraná, 2009. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

integração, mas tais termos são tratados de formas distintas que possuem uma correlação.

A integração e a inclusão são dois sistemas organizacionais de ensino que tem origem no princípio da normalização. A autora Werneck (2000) complementa dizendo que:

Esta normalização não significa tornar uma pessoa normal, igual às outras pessoas consideradas normais para a sociedade. No campo da educação, normalizar é oferecer ao aluno com necessidades especiais recursos profissionais e institucionais adequados para que ele desenvolva seu potencial como estudante, pessoa e cidadão.¹³

Assim, a integração busca proporcionar ao aluno deficiente um acesso amplo sem restrições em seu ambiente escolar, seja no aspecto estrutural da escola, como na interação entre professor e aluno, pois caso este aluno não tenha uma integração com estes elementos escolares não poderá haver a sua inclusão escolar.

Para que haja um desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais é necessário que a escola e os professores estejam atentos a estes dois aspectos, o da inclusão e da integração, pois se não houver uma integração apta e eficaz que possibilite à liberdade de desenvolvimento deste aluno a inclusão escolar não ocorrerá.

Desta forma, é necessário que todos que participam de forma ativa na integração escolar do aluno deficiente, seja através de técnicas curricular ou até mesmo de uma simples observação do professor do comportamento do seu alunos, verificando se este está se sentido interagido com o ambiente escolar.

No âmbito escolar costumam-se diferenciar fases do ensino, as características e necessidades especiais de quem necessita da total atenção e dedicação do educador e pela maneira como se comportam e se manifestam nesse ambiente. Alguns alunos são participativos e gostam de estar à frente de

¹³ WERNECK, Claudia. Ninguém Mais Vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva. 2ª Ed. Editora WVA, 2000, Rio de Janeiro, pg. 51.

jogos e brincadeiras, correm, brincam, saltam e se divertem em atividades de recreação. (OLIVEIRA, 2007, p. 19)

Grande parte dos problemas de desatenção ou um déficit de aprendizado pode ser contornado com uma simples observação e participação do professor para poder detectar a real dificuldade do aluno e poder trabalhar neste ponto deficiente de forma eficaz e célere, para que proporcione o desenvolvimento deste aluno junto com os demais e a sua integração. (WERNECK, 2000, p. 53)

Para os portadores de deficiência física, estes passam por grandes problemas motores e sociais, pois ao mesmo tempo em que não tem como se locomoverem não convive com a sociedade pela discriminação e pela falta de adaptação. Este problema físico gera uma falta de equilíbrio corporal que precisa a todo o momento ser estimulado conforme as suas limitações. Neste sentido a doutrinadora Oliveira, explica como o equilíbrio corporal é adquirido e aprimorado:

A coordenação global está relacionada à atividade realizada pelos grandes músculos, que por sua vez está associada ao equilíbrio postural. Esse equilíbrio é adquirido e aprimorado por meio de movimentações e experimentações, gerando uma melhor coordenação dos movimentos, maior noção de seu corpo e de suas posturas. Um perfeito equilíbrio gera ações bem direcionadas e resulta na economia de esforço para a adequação de atividades mal sucedidas.¹⁴ (OLIVEIRA, 2007, p. 17).

Dessa forma, os estímulo que deve ser feito nos movimentos corporais dos alunos deficientes físicos deve ser feito de forma diária e intensa, fazendo com que a noção de equilíbrio existente na memória corporal dele se torne cada vez mais ativa na mente e em seu corpo e que lhe traga uma sensação de liberdade e de integração, garantido a sua inclusão escolar.

A falta de integração escolar se torna um problema bem mais grave nos alunos portadores de deficiência física em geral, pois se este aluno não receber

¹⁴ OLIVEIRA, Gislene C. de. *Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico*. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007, pg.17.

um estímulo certo e motivador acabará ficando estagnado em seu desenvolvimento físico e mental se tornando mais um aluno desacreditado em sua inclusão social e educacional.

Mas, o que vem a ser a definição de inclusão social que tanto é aclamada por nossa sociedade, mas não posta em prática? Nas palavras da autora FARIA (2011) na sua monografia intitulada de “Inclusão social de alunos especiais na educação”, diz que inclusão social é importante para a construção de um novo tipo de sociedade através de mudanças, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais.¹⁵

Com isso, a palavra inclusão social parte do pressuposto de proporcionar o acesso amplo de todas as pessoas em todos os lugares fazendo com que este seja parte da sociedade, sendo que é preciso que haja uma mudança não só da mentalidade dos cidadãos “comuns”, mas dos próprios portadores de necessidades especiais.

Enfim, de tudo que fora exposto quanto a integração e inclusão, pode-se perceber que são elementos distintos mas que se convergem a um mesmo propósito que é o desenvolvimento social e educacional do aluno com deficiência física, pois a integração trará meios para garantir a liberdade de aprendizagem do aluno garantido a sua inclusão escolar como social também, pois este aluno se sentirá motivado para se tornar parte da sociedade como um ser ativo e não como um ser que se tornou um problema social.

15 FARIA, Mariana Caixeta. **Inclusão social de alunos especiais na educação**. 2011. 23 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas)-Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/UEG, Brasília, 2011. Disponível em <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1772>.

2.4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A necessidade de se conseguir uma educação inclusiva para os alunos com deficiência física exige um esforço de toda a sociedade e principalmente do Estado, pois este é um desafio que foi enfrentado e que deverá ser enfrentado todos os dias, haja vista que este é um problema que cresce a cada dia onde são escolas sem qualquer tipo de estrutura física ou de pessoal habilitado para garantir a integração desse aluno.

O desafio maior a ser enfrentado é distinguir os tipos de deficiências com as suas reais necessidades, mesmo porque se houver uma divisão das deficiências em grupos, se tornará mais fácil para assimilação e desenvolvimento das deficiências idênticas a partir de suas experiências pessoais, sendo que há uma evidência crescente de que desenvolver grupos de necessidades assemelhadas não se torna um conflito para a busca da inclusão escolar. Neste sentido estabelece o autor Stainback (2008):

As escolas podem proporcionar a estrutura necessária para permitir que os alunos formem esses grupos, assim como te possibilitado aos alunos iniciar outros agrupamentos, como círculos de amigos ou clubes de fotografia. Algumas escolas, por exemplo, patrocinam grupos de apoio especial para alunos cujos pais estão divorciando-se, para que possam superar a sensação de isolamento e de alienação em suas vidas. (STAINBACK, 2008, p. 411):

Dessa forma, essa troca de informações de um grupo assemelhado de deficiência proporciona ao aluno deficiente uma sensação de igualdade, percebendo que existem pessoas com as suas mesmas experiências podendo haver uma troca de experiências vivenciadas e ensinamentos.

Os desafios encontrados pelo professor que vivencia a inclusão em sala de aula começam pela própria necessidade de adaptação curricular, que vão desde aos materiais até a questão das adaptações dos recursos humanos. No caso do processo de inclusão nas salas de aula de escolas públicas, é preciso estar atento aos aspectos teórico-metodológicos nos quais o professor deve se fundamentar para poder lidar com este tipo de aluno.

Faz-se necessário também a inclusão na grade curricular de ensino o estudo sobre as diversas deficiências existentes favorecendo o conhecimento de todos sobre as limitações de cada qual e o modo de propiciar mecanismos de adaptação e inclusão. Assim define Gofredo (1997):

Devem fazer parte da grade curricular, também, conteúdos referentes à tipologia das deficiências, bem como, conhecimentos didáticos e prática de ensino que levem em consideração a diversidade dos alunos dando condições aos professores de adaptar atividades, conteúdos e propostas curriculares. (GOFREDO, 1997, p. 230)¹⁶

Este ponto da base curricular das escolas inclusiva foi ponto de análise do Manual de Saberes e Práticas da Inclusão de autoria do Ministério da Educação vinculada à Secretária de Educação Especial (2006) que trata da ideia da adequação curricular como sendo algo dinâmico, principalmente na educação especial, assim tem-se o seguinte:

Essa concepção coloca em destaque a adequação curricular como um elemento dinâmico da educação para todos e a sua viabilização para os alunos com necessidades educacionais especiais: não se fixar no que de especial possa ter a educação dos alunos, mas flexibilizar a prática educacional para atender a todos e propiciar seu progresso em função de suas possibilidades e diferenças individuais. Pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais essas questões têm um significado particularmente importante.¹⁷ (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

É importante ter em mente que o desafio a ser enfrentado da problemática da inclusão escolar do aluno deficiente físico só vai se mostrar eficaz para com resultados concretos se todos os aspectos escolares, sociais e políticos estiverem unidos.

¹⁶ GOFREDO, V. F. S. de. Integração ou segregação? eis a questão. In: MANTOAM, M. T. (org.). A integração da pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 230.

¹⁷ BRASIL, Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006 (Série : Saberes e práticas da inclusão), p. 60.

O gestor escolar tem um aspecto central no processo de inclusão articulando as dinâmicas necessárias para que a inclusão do aluno deficiente físico seja real. O diretor da escola inclusiva deve ser reflexivo, estimulando e remanejando recursos pedagógicos, diversificando as opções educativas e facilitando a recíproca ajuda entre as crianças.

Os professores de Educação Física assim como os gestores devem estar comprometidos com o processo de inclusão desses alunos especiais, tentando a todo o momento criarem métodos que possam favorecer o desenvolvimento cognitivo e motor, sendo que em suas aulas de educação física deve haver uma total interação do aluno deficiente físico com o grupo, pois se houver uma individualização em seu tratamento este se sentirá ainda mais excluído das aulas, mas estando sempre atento com as suas limitações.

Diante dos desafios apresentados para a educação inclusiva verifica-se que o aspecto da adequação da curricular é de fundamental importância, pois a aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes.

Assim se uma grade curricular não acompanha a política de inclusão educacional dos alunos com deficiência física não será possível determinar que todos os outros meios, como a estrutura os profissionais capacitados, serão aptos a garantir o desenvolvimento educacional e social desses alunos.

2.5 DIFICULDADES DOS PROFESSORES

A competência necessária para atuar junto a esses alunos com limitação motora, no campo da Educação Física, passa pela organização de ambientes que permitam a execução de tarefas motoras adequadas ao seu processo de desenvolvimento. Passa também, pelos conhecimentos relativos especificamente ao assunto “deficiência”, bem como aqueles relacionados à aprendizagem motora, ao desenvolvimento motor e à metodologia do ensino da Educação Física.

Por esta razão, o presente trabalho teve como proposta identificar como estão sendo formados os alunos do curso de Licenciatura em Educação Física, no que se refere à questão da inclusão de alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física nas escolas. Partindo-se do princípio de que um profissional formado com competência deveria demonstrar sinais de preparo para lidar com as diversidades, ou pelo menos a disponibilidade para encarar o que possa considerar como um desafio de maneira saudável, ou seja, abordando a diversidade como um recurso positivo a ser explorado nas aulas.

Em uma rápida entrevista com os alunos em formação da área de Educação Física perguntados se saberiam promover a inclusão e como fazer, 50% responderam que era possível através da adaptação das aulas e os outros 50% achavam que era através da valorização das qualidades pessoais e das diferenças. Porém, teve uma resposta que chamou atenção que foi justamente a que apresentou a busca por conhecimentos específicos para poder adaptar aulas de Educação Física para alunos deficientes. Isso mostra a necessidade que se tem de estudar aquilo que é diferente e que não se tem conhecimento.

Os resultados indicam que nas opiniões dos alunos pré-formandos há necessidade de haver disciplinas que tratem desse assunto, todavia, compartilham da opinião onde as demais disciplinas, cuja primeira vista parece não ter nada direcionado a esse tema, também tenham o compromisso de ensinar, demonstrar e comentar como agir diante da possibilidade de ter alunos portadores de necessidades especiais.

Percebe-se que não é uma questão das disciplinas, mas sim do corpo docente não acostumado a comentar e nem mesmo adaptar ou mudar o rumo das aulas para explicar ou expor como deveriam lecionar em turmas onde existam alunos com dificuldades motoras. Assim é necessária uma pesquisa para verificar esses fatores na nossa realidade, onde se verifica as dificuldades tanto dos professores de Educação Física já formados e em formação em adaptarem seus conhecimentos aos alunos cadeirantes como das escolas em

dispor de uma estrutura física apta para receberem esses alunos, tudo com o intuito de favorecer a sua inclusão social.

Outra dificuldade enfrentada pelos professores dessa área é a falta de acessibilidade que os alunos não possuem para se locomoverem, e este não é só um problema que fora evidenciado nesta pesquisa, mas também em várias outras instituições, como por exemplo, a pesquisa realizada em uma instituição escolar localizada em um bairro da periferia do município do entorno do Distrito Federal, pertencente ao estado de Goiás, que fora realizada pela pesquisadora Michele Cristina de Mendonça Carvalho Damaso (2011) em sua monografia intitulada de “As Barreiras Arquitetônicas como Entraves na Inclusão de Alunos com Deficiência Física”. Neste trabalho é possível visualizar e constatar que as escolas hoje em dia não contam com espaços físicos acessíveis à locomoção de um aluno com alguma deficiência física, pois a única forma de se locomoverem pelo espaço escolar é por meio da ajuda de outros colegas, assim vê-se o relato da pesquisadora em seu trabalho monográfico:

Desde que foi inaugurada em 2011 a escola funciona em períodos matutino e vespertino atendendo (em 2011) um total de 480 alunos, a instituição oferece apenas a primeira fase do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Possui 07 salas de aulas, sendo que nenhuma possui adaptações necessárias a inclusão de alunos como mobilidade reduzida. Além de serem pouco amplas e estarem muito cheias o que impede a livre movimentação da cadeira de rodas, os banheiros também não são adaptados, não possuem local próprio para higienização ou troca de fraldas e/ou roupas; o bebedouro de água é alto impossibilitando a sua utilização independente por parte do ANEE's com uso de cadeira de rodas; o mesmo acontece com o lavatório. A única rampa existente fica na entrada principal da escola. Não existe dentro da escola quadra coberta ou qualquer outro lugar em que possam ser desenvolvidas atividades desportivas com a participação de alguém com deficiência física; algumas vezes as professoras utilizam uma quadra que fica ao lado da escola, porém a locomoção não é muito fácil, devido ao terreno (desnivelado), fato que acaba desencorajando grandes aventuras no espaço escolar.¹⁸

¹⁸ DAMASO, Michele Cristina Medonça Carvalho. As Barreiras Arquitetônicas como Entraves na Inclusão de Alunos com Deficiência Física. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da Faculdade UAB-UNB Polo de Alexânia, 2011. Disponível em http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2181/1/2011_MichelleCristinadeMendoncaCarvalhoDamaso.pdf. Acesso em 23 de dezembro de 2012.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Neste tópico, terá o propósito de apresentar os procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados para a obtenção das informações da pesquisa de campo realizada, associada a uma sistemática empírica, uma vez que se procurará pesquisar o tema e apresentá-lo de forma ordenada demonstrando os desafios enfrentados tanto pelo aluno com deficiência física em realizar as aulas de Educação Física como dos professores em ministrar essas aulas a este tipo de aluno com necessidades especiais.

De acordo com Gil:

(...) a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 1996, p.19)¹⁹

Será utilizada também os moldes da pesquisa qualitativa, realizando o levantamento de dados através de entrevistas com professores de Educação Física, uma vez que se buscará coletar dados acerca do tema, com o intuito de obter material para o desenvolvimento do trabalho monográfico de forma objetiva para que possa haver um conhecimento desses indivíduos buscando reduzir a distância entre o contexto falado e vivido, ou seja, aspectos objetivos dos dados em detrimento de subjetividade das entrevistas.

Tem-se a orientação do autor González Rey sobre a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa orienta a estudar a produção de sentido subjetivo, bem como sua forma de articulação com os diferentes processos de experiências e de vida social, deve aspirar a fazer o

¹⁹ GIL, 1996, Antonio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11638/6840> Acesso em: 20 de outubro de 2012.

espaço de pesquisa um espaço de sentido que implica a pessoa estudada. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 15) ²⁰

Mazotti e Gewadsznadjer caracterizam tal pesquisa qualitativa como:

A principal característica da pesquisa qualitativa é o fato de que estas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. (MAZZOTTI e GEWADSNADJER, 1998, p. 131) ²¹

Dessa forma, tal pesquisa qualitativa proporcionará realizar uma análise objetiva dos dados coletados através de uma entrevista, onde cada entrevistado disporá sobre as suas concepções subjetivas sobre o tema, para após realizar a sua análise de forma geral chegando a uma conclusão objetiva.

A pesquisa bibliográfica através de livros de autores renomados sobre o tema proposto, além de dados retirados da internet, favoreceu uma grande reunião de elementos teórico, sendo necessária a realização da técnica de fichamento ao longo da pesquisa, onde fora realizada um pequeno resumo do assunto tratado pelo autor para após colocá-lo na presente pesquisa.

²⁰ GONZÁLEZ Rey, F. Pesquisa Qualitativa e subjetiva: os processos de construção da informação; tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2005, pg. 15.

²¹ PORTO, Marcelo Duarte. Educação Inclusiva: concepções e práticas na perspectiva de professores. Editora Aplicada, 2010, Brasília/DF, pg. 71.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 INSTRUMENTO E AMOSTRA

No que se refere à coleta de dados concretos para fundamentar a pesquisa da problemática proposta fora feita na escola municipal da cidade de Formosa/GO, Ediva Maria de Paiva com a devida autorização da diretora da referida escola conforme consta termo de concordância no anexo II, onde se realizara um questionário de perguntas e respostas com o total de 10 (dez) professores da área de Educação Física (conforme consta em anexo III), para verificar as dificuldades desses profissionais quanto à realização de suas aulas com alunos deficientes físicos além de seu comportamento perante estes alunos, bem como a sua concepção de inclusão escolar, conforme resultados das perguntas e respostas que serão apresentados no decorrer do trabalho.

O fundamento da realização da entrevista somente com os professores se deve pelo fato de que estes são peça extremamente importante no conjunto das engrenagens que compõem o processo de inclusão escolar. Em meio às leis e projetos pedagógicos que propõe a educação inclusiva, está o professor que será o responsável pela mediação da aprendizagem de todos os alunos da turma; é ele que favorece o processo de socialização dos alunos e pais com vista a diminuir os preconceitos e favorecer a integração e a inclusão escolar. (PORTO, 2101, p.94)

4.2 RELATO SOBRE A ESCOLA

Diante da escola que fora analisada, Escola Municipal Ediva Maria de Paiva, que conta com turmas de níveis/Modalidades de Ensino da Pré-Escola; Fundamental de 1ª a 4ª Serie; 5ª a 9ª fundamental, relata-se que os professores de Educação Física possuem a intenção e a vontade de garantir da inclusão escolar dos alunos deficientes físicos, mas esbarram em uma barreira que não depende deles, que é a questão da falta de material e de espaço para a realização das aulas condizente com as necessidades de cada aluno especial.

Além dessas dificuldades, o que se verificou é que a escola conta com um número mínimo de alunos que possuem algum tipo de deficiência física, sendo que os que estão frequentando as aulas de educação física acabam ficando com o tempo ocioso, pois o professor se utiliza do argumento da falta de material e de espaço.

Assim, pela análise realizada na escola, verificou-se que ela não está preparada fisicamente nem profissionalmente para receber alunos com deficiência física, e tal problema está muito longe de acabar, pois os professores jogam a culpa da ausência de aulas na escola, mas não se esforça para realizar uma atividade lúdica que estimule o aluno deficiente, sendo que muitos profissionais não possuem nem mesmo capacidade pedagógica para lidar com essas diferenças.

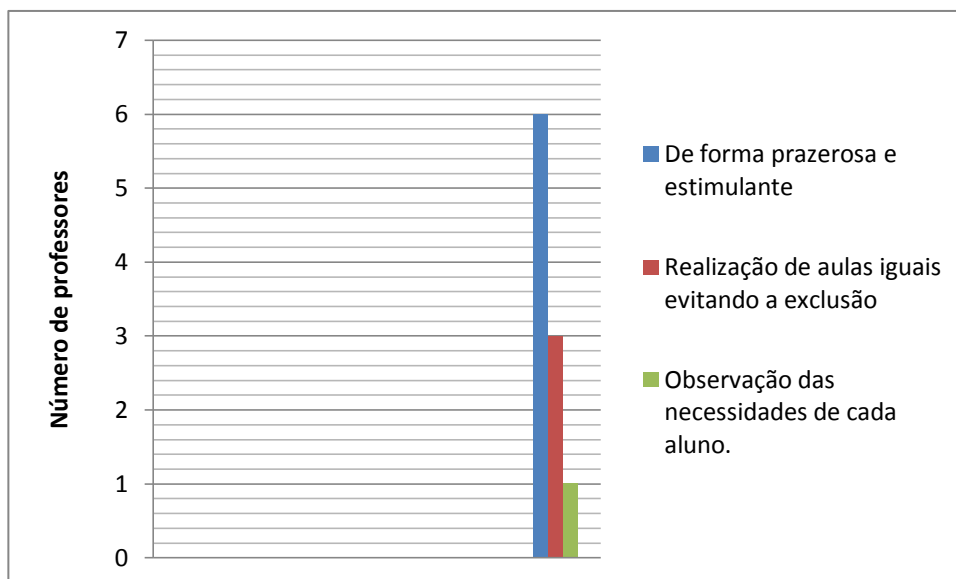
Para a realização da análise dos dados coletados como seus resultados obtidos, foram considerados aspectos relativos à estrutura da escola em recepcionar alunos portadores de deficiência física, além de verificar as dificuldades dos professores de Educação Física em adaptar suas aulas com esta classe de alunos, verificando assim se há ocorrência de uma inclusão social e escolar.

4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados foram coletados na forma de entrevistas com a elaboração de um questionário que fora direcionado para o número de 10 (dez) professores da área de Educação Física da escola Municipal Ediva Maria de Paiva de Formosa/GO. Sendo assim, a referida coleta de dados chegou aos seguintes dados através dos gráficos que se seguem demonstrando estatisticamente as respostas dos professores.

Gráfico 1

Pergunta número 01 (um) baseia na verificação de como os professores acham que a escola deve se preparar para receber todos os ANEE's em especial na pratica da Educação Física numa Escola Inclusiva.



A primeira pergunta realizada no questionário e que baseou o gráfico acima, teve a preocupação em perguntar aos professores entrevistados sobre a forma de se realizar a aulas de educação física em uma escola inclusiva, que tem a preocupação de proporcionar aos alunos a oportunidade de se relacionarem com os colegas e os professores de forma satisfatória. A maioria das respostas se fixou em um mesmo preceito de transformar as aulas cada vez mais prazerosa e estimulante, conforme demonstra no gráfico em que um total de 06 (seis) professores apresentou respostas neste sentido, já um total de 03 (três) entrevistados apresentaram respostas sobre a necessidade de realizar aulas de forma igualitária para evitar a exclusão desses alunos com necessidades especiais, e por fim somente 01(um) professor apresentou sua resposta com a necessidade de observação das dificuldades de cada aluno.

Dessa forma, diante dos argumentos utilizados pelos entrevistados, é preciso realizar toda a forma de estímulo que seja satisfatória e possível para a inclusão escolar, devendo haver uma integração do aluno desde o primeiro momento. Neste sentido segundo a autora Manuela Bailão (2002) em seu

artigo intitulado “Educação Física Inclusiva numa perspectiva de múltiplas inteligências”, a qual faz referência ao doutrinador Sassaki, assim diz:

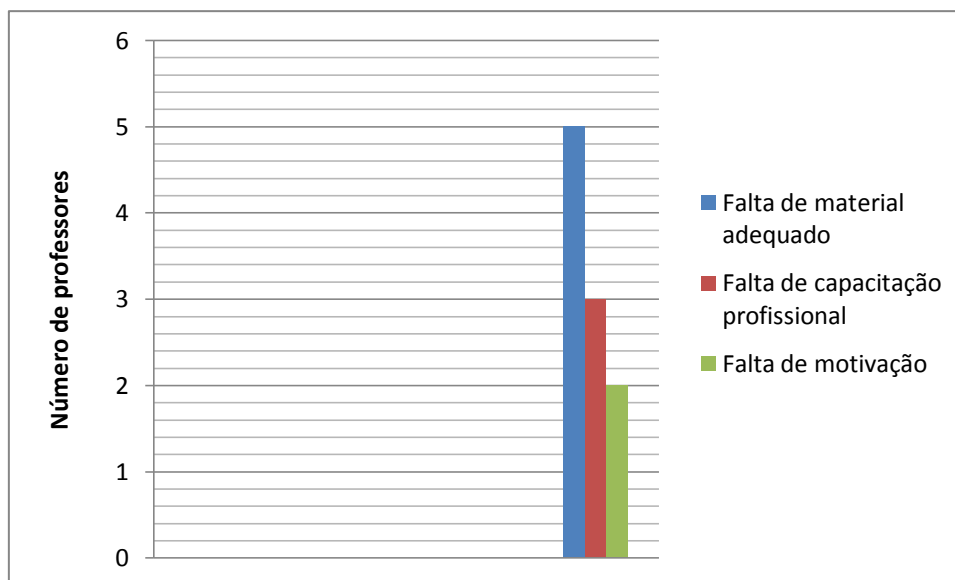
Inclusão vai além da simples integração da pessoa ao ambiente escolar normal; implica não deixar ninguém de fora desde o início. Ou seja, não é reintegrar, é integrar desde o primeiro momento, sem exclusão anterior. O conceito abriga não só a educação, mas todas as esferas da sociedade, e depende da contribuição de todos. Para SASSAKI, nos anos 60 e 70 a integração tinha como objetivo preparar a pessoa deficiente para ser aceita na sociedade. Sua prática era baseada no “modelo médico da deficiência, segundo o qual tinha que modificar (habilitar, reabilitar, educar) a pessoa com deficiência para torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social” (1998, p.9). Já a inclusão, iniciada nos anos 80 e consolidada nos anos 90, baseia-se no modelo social da deficiência, em que a sociedade deve preparar-se e modificar-se para receber essas pessoas e atender suas necessidades, comuns e especiais. Apesar de *integração* ser termo muito utilizado, é menos completo e se pode considerar uma etapa anterior à *inclusão*, dentro do processo de transição da educação segregada para a forma atual.²² (BAILÃO, 2002)

Assim, mesmo com todas as diferenças encontradas pelas escolas, deve haver uma total integração desses alunos sendo de forma adequada para que não ocorra uma falta de inclusão escolar e social desses alunos especiais, devendo observar as dificuldades de cada um.

Gráfico 2

Pergunta número 02 (dois) procurou identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física em adaptar suas aulas aos ANEE's.

²² BAILÃO, Manuela. Educação Física Inclusiva numa perspectiva de múltiplas inteligências. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd49/efi.htm>. Acesso em 06 de outubro de 2012.



Dentro dessa pergunta, procurou-se demonstrar quais as dificuldades recorrentes dos professores de Educação Física em adaptar suas aulas aos alunos especiais. Assim conforme demonstrado no gráfico acima, a queixa frequente dos professores – cinco entrevistados - é a falta de material necessário e apto para realizar as atividades de educação física com os alunos portadores de necessidades especiais.

Contudo, 03 (três) dos professores entrevistados especificaram como dificuldades a falta de capacitação profissional, e 02 (dois) entrevistados se queixaram da falta de motivação.

Correlato com o as dificuldades apresentadas pelos entrevistados a autora Rosangela Pereira do Nascimento (2009) trata em seu artigo sobre estas dificuldades enfrentadas sendo fatores que prejudicam a implantação da educação inclusiva, assim tem-se:

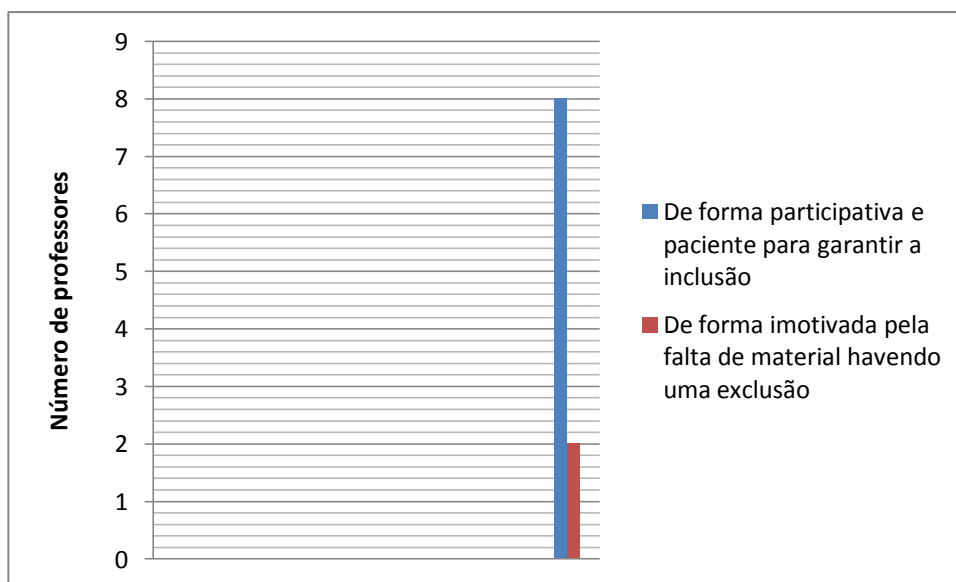
Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais especiais, além da precariedade da infraestrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão,

principalmente, é a ausência de formação dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo.²³

Assim, os problemas relatados pelos Professores de Educação Física para realizarem suas aulas são tanto a questão de material como a falta de capacitação profissional, o que vem dificultando a educação inclusiva destes alunos nas escolas regulares, mas mesmo com tais barreiras os entrevistados tentam implementar medidas que proporcionem a interação do aluno especial para que este não fique parado e que se interaja com os outros alunos, demonstrando assim uma ação afirmativa em garantir, mesmo que seja de forma precária, uma aula de educação física, conforme demonstrado no primeiro gráfico.

Gráfico 3:

Pergunta número 03 (três) teve o intuito de verificar como os profissionais da Educação Física se porta frente a um aluno que possui alguma limitação motora para se adaptar com os outros alunos.



²³ NASCIMENTO, Rosangela Pereira do. Preparando Professores para Promover a Inclusão de Alunos Necessidades Educacionais Especiais. Londrina, Paraná, 2009. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

Através dessa pergunta sobre o comportamento dos profissionais de Educação Física com os alunos que possuem algum tipo de limitação motora para se adaptar com os outros alunos, percebeu-se que 08 (oito) dos professores entrevistados, afirmaram que mesmo não havendo em algumas aulas os materiais necessários para a sua realização, eles se preocupam em proporcionar a inclusão desse aluno, tendo calma e paciência para passar a sua aula e que ao mesmo tempo faça com que o aluno se sinta parte daquele ambiente escolar, mesmo que não exista uma estrutura e materiais condizentes com as suas limitações motoras.

Esse agir dos professores da escola em análise é bem condizente com que é explicitado pela autora Katia Regina Moreno Caiado (2006), em seu livro “Aluno Deficiente Visual na Escola: lembranças e depoimentos”, sendo que esta obra se baseia em depoimentos de um aluno deficiente visual demonstrando o seu dia a dia na escola com as suas dificuldades, e uma delas é o seu relacionamento com os professores, na qual ele demonstra que o educador precisa ter paciência e deve passar segurança para estes alunos, entre outras medidas que são relatadas para que haja uma verdadeira inclusão do aluno deficiente visual. Sendo assim, relata-se o trecho da referida autora:

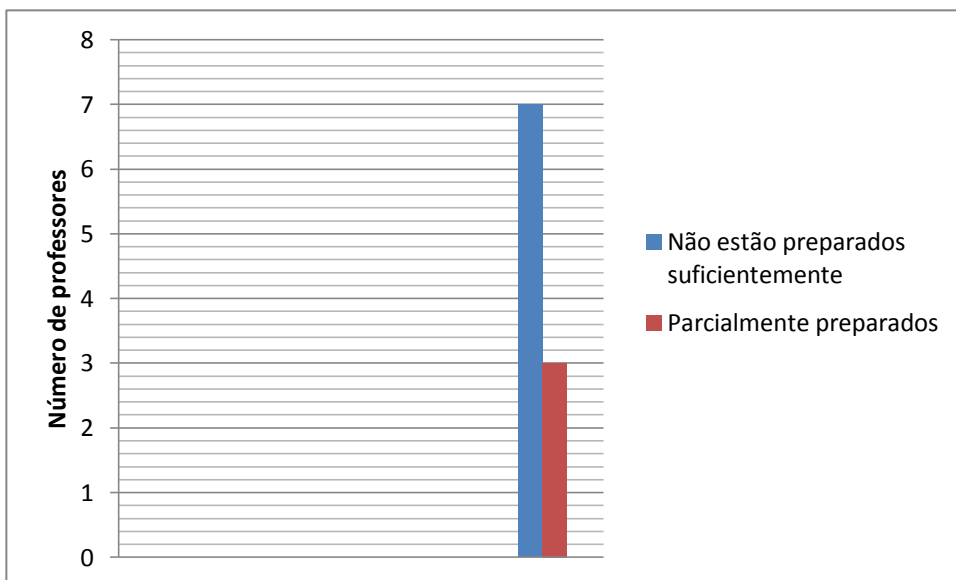
Por tudo isso que passei, eu diria a um professor que terá, pela primeira vez um aluno cego na classe, que ele não deve passar insegurança para o aluno, porque, muitas vezes, o aluno já está muito inseguro e se o professor demonstrar insegurança, fico muito difícil essa relação. Diria, também, que o professor deve falar, usar muito a voz.²⁴ (2006, pg. 68)

Em 02 (duas) respostas percebeu-se certa exclusão de alguns professores aos alunos, pois não havendo material disponível para realizar as atividades alguns educadores não realizam qualquer atividade ficando a espera do esgotar o tempo da aula, mas eles acrescentam que não é uma exclusão referente à pessoa do aluno mas as aulas em si.

²⁴ CAIADO, Katia Regina Moreno. Aluno Deficiente Visual na Escola: lembranças e depoimentos. 2ª Ed. Campinas, SP, 2006, Coleção Educação Contemporânea, pg. 68.

Gráfico 4

Pergunta número 04 (quatro) tinha o fim específico de analisar se os professores de Educação Física se sentiam capacitados e motivados para lidar com esse tipo de alunos com certas limitações físicas em suas aulas.



Referente a essa pergunta pretendeu-se analisar se os professores de educação física se sentem capacitados e motivados para realizar suas aulas com os alunos com necessidades especiais motoras, pois o que se verificou nas respostas foi um total de 03 (três) professores que se declararam parcialmente preparados e capacitados para lidar com seus alunos deficientes físicos, pois a todo o momento em suas aulas tentam uma motivação desses alunos mesmo que não haja materiais condizentes para com a aula, pois muitos até tentam focalizar um tipo de exercícios específico para a limitação do aluno, mas acaba realizando outro que às vezes não teria o mesmo efeito motivador que realmente necessário.

Contudo, 07 (sete) professores se declararam não capacitados chegando até a afirmar em algumas respostas que não é só os profissionais da área de educação física, mas como também os outros professores das outras disciplinas, especificando como fatores dessa falta de preparo pelas dificuldades demonstradas no gráfico 02 (dois) que é a falta de material e de

espaço condizente para a realização das atividades planejadas acarretando a sua falta de motivação para planejar as suas aulas.

A questão da motivação e da capacitação do profissional da área de educação é um ponto basilar no aprendizado do aluno, pois se o próprio professor não se sente apto e motivado para ministrar suas aulas o aluno vai ficando desestimulado para se concentrar nas suas aulas, favorecendo assim o retardamento em seu desenvolvimento cognitivo e psicomotor no caso dos alunos com deficiência.

Neste sentido, a autora Juliana Bernardino (2012), tratada em seu texto, com referências pedagógicas, sobre a relação da motivação do professor e o aprendizado dos alunos na condução da formação de cidadãos:

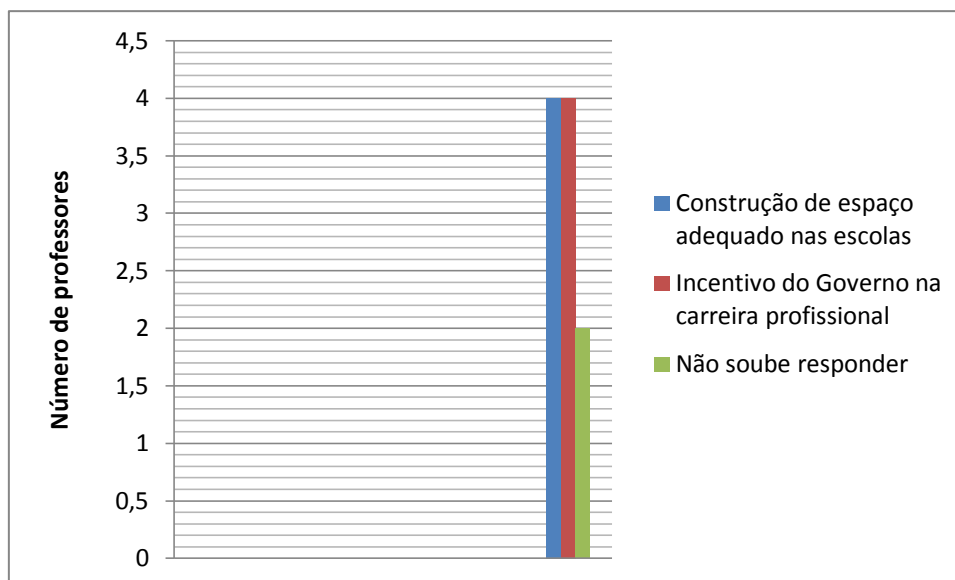
É uma cadeia. O professor desmotivado não se mobiliza para encontrar iniciativas criativas e inovadoras dentro do contexto da Educação. Ele espera que as soluções para suas aulas apareçam prontas, como num toque de magia, ou venham de autoridades públicas, sendo que também cabe ao professor buscar novos recursos pedagógicos e metodologias que estimulem seus alunos em seus aprendizados. Um professor pouco estimulado e que não acredita no seu potencial de educador produz aquém do que sua capacidade permite e não aproveita devidamente os recursos que tem em mãos ou que sua escola oferece. Não raramente, esquece-se de que é uma peça-chave da sociedade na formação de cidadãos.²⁵

Assim a questão da motivação e da capacitação são fatores determinantes para o desenvolvimento dos alunos, sendo que tais fatores influenciaram em grande parte na constatação do referido gráfico, onde muitos não se sentem preparados suficientemente ou parcialmente para preparar suas aulas que sejam aptas para os alunos com algum tipo de deficiência.

²⁵ BERNARDINO, Juliana. Oito Atitudes Desestimulantes dos Professores. Revista Educar para Crescer, Editora Abril, 2012. Disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/8-comportamentos-desestimulam-alunos-346197.shtml>

Gráfico 5

Pergunta número 05 (cinco) procurou investigar se os próprios professores da área específica teria a possibilidade de indicar alguma medida que fosse eficaz na solução da problemática apresentada.



As medidas propostas por 04 (quatro) educadores é a construção de espaços adequados que atendam às necessidades de cada aluno, além da promoção de cursos que façam uma espécie de reciclagem na orientação pedagógica dos educadores na área de Educação Física.

Outra proposta indicada por 04 (quatro) entrevistados é a valorização na carreira de educador pelo governo, pois o que eles querem é que haja uma melhoria da sua profissão para que estes se sintam motivados e que possam investir em sua capacitação pedagógica, pois com a situação atual da educação brasileira que é pouco reconhecida mundialmente não há como haver um comprometimento dos professores de forma total sendo que não há incentivo no próprio Estado detentor do poder de regulamentar e trazer melhorias para a área da educação.

Em 01 (uma) resposta houve a negativa de um entrevistado em responder a referida pergunta, seja porque não soube responder, ou porque

acredita que a atuação do governo já é algo distante para melhorias na área da educação.

Entretanto, é possível observar que o Governo Federal vem apresentando projetos para favorecer o ensino regular das pessoas com deficiência, sendo que tais medidas estão sendo adotadas em parceria com os Governos Estaduais e Municipais, como por exemplo, o Projeto Paraolímpico do Futuro do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) que tem como proposta incluir nas atividades da educação física os alunos com deficiência das escolas públicas de todo o país.

Tal projeto visa orientar os profissionais da área de educação física sobre como lidar com alunos com deficiência e incentivá-los na prática desportiva, sendo um incentivo muito grande para estes profissionais que se declaram em não estarem capacitados e motivados para realizar o seu planejamento de aula. Nas palavras do Presidente do CPB este explica de forma clara os objetivos do referido projeto de inclusão desportiva dos alunos com deficiência:

O Paraolímpico do Futuro, nessa primeira etapa, está abordando levar a informação ao professor de educação física que está lotado na escola. Então, a ideia é exatamente instrumentalizar esse professor com o mínimo de informação indispensável para que ele, ao se deparar com um aluno matriculado na sua escola, ou na sua cidade, com algum tipo de deficiência, esse professor tenha, pelo menos, condições de dar acessibilidade a esse aluno na prática física e na prática esportiva.²⁶

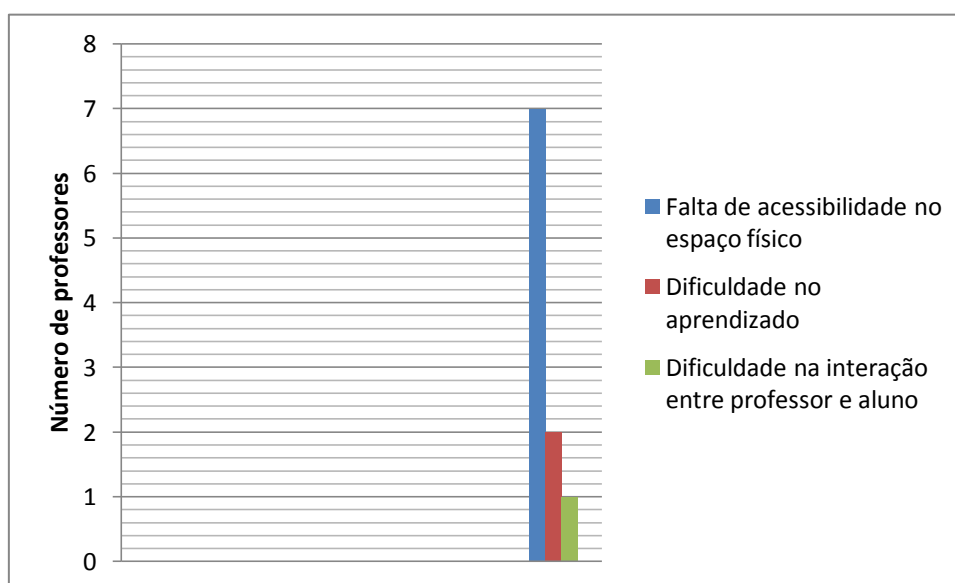
Fica claro que o Governo tenta realizar programas sociais para viabilizar o ensino regular básico aos alunos com deficiência física, mas será necessário um esforço a mais destes, pois a educação é uma área social que precisa de mais incentivo, e isso poderá ser observado no decorrer dos próximos anos perto da realização de grandes eventos desportivos que o nosso País irá sediar, sendo que o campo da educação física receberá, e esta recebendo, o

²⁶ Projeto Inclui Alunos com Deficiência nas de Educação Física. Portal da Educação Física. Disponível Em <http://www.educacaoofisica.com.br/index.php/escola/canais-escola/educacao-fisica-adaptada/1429-projeto-inclui-alunos-com-deficiencia-nas-aulas-de-educacao-fisica>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

apoio do Poder Público com a realização de projetos que favoreçam a inclusão social das pessoas com deficiência física.

Gráfico 6

Pergunta número 06 (seis) teve o intuito de que os professores entrevistados indicassem quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos ANEE's nas aulas de Educação Física.



Entre as dificuldades apontadas a principal apontada por 07 (sete) entrevistados foi à questão de espaço físico, pois este é um ponto principal da pesquisa que favorece para que haja uma exclusão social, pois dentro deste aspecto estrutural da escola pode ser apontado também a falta de material para a elaboração das atividades nas aulas de educação física.

Como forma de solução para a adaptação do espaço físico da escola os entrevistados propõem a instalação de rampas para o total acesso dos alunos nas dependências das escolas, a criação de pátios de recreação que favoreçam a adaptação do aluno nas aulas de educação física, o auxílio de

monitores capacitados que possam ajudar os professores nas suas aulas, favorecendo a participação de todos os alunos nas aulas.

Diante do gráfico apresentado, fica evidente que a maior dificuldade dos alunos deficientes é a questão da arquitetura da escola ou até mesmo pela falta de instrumentos que ajudem na sua deficiência. Adequar apenas à escola, porém, não basta. As mudanças necessárias são maiores do que a instalação de rampas, elevadores e banheiros adaptados. Elas precisam chegar à sala de aula, onde muitas vezes atitudes são mais bem-vindas do que grandes reformas. (Hirata, 2011)

Outro ponto levantado por 02 (dois) dos entrevistados foi à dificuldade do aluno especial acompanhar uma aula de dança seja pela sua própria dificuldade ou até mesmo pelo modo que este profissional esteja elaborando suas aulas, sendo que é essencial o professor realizar suas aulas que sejam condizentes com a limitação física de cada aluno, sempre tendo que motivar o desenvolvimento deste através de medidas de adaptação curriculares e pedagógicas.

Apenas 01 (um) entrevistado indicou como dificuldades dos deficientes físicos a questão da interação do professor com o aluno, que leva a dificuldade acima apresentada, pois se não houver essa interação ou participação do professor na vida do aluno, este não se sentirá a vontade para poder demonstrar ao professor de Educação Física como está se sentindo quanto às suas aulas, se está acompanhando, se está sentindo alguma dificuldade, ou qualquer outro tipo de problema em seu cotidiano.

Assim, de forma, geral as dificuldades enfrentadas pelos alunos deficientes motores nas aulas de Educação Física serão sempre relacionadas, com a falta de estrutura física da escola e secundariamente aos próprios professores de educação física em se adaptarem com esse tipo de aluno.

CONCLUSÕES

Diante da problemática apresentada pelo presente trabalho monográfico, este procurou descrever e analisar as concepções das práticas de inclusão social dos alunos com deficiência física verificando quais as dificuldades enfrentadas pelas escolas e pelos professores da área de Educação Física em desenvolver um trabalho que garanta a educação básica regular desses alunos especiais.

Para desenvolver tal problema de pesquisa foi preciso traçar um objetivo geral que era observar nas escolas, como os professores de Educação Física promovem a inclusão de alunos deficientes físicos nas atividades rotineiras de educação física da grade curricular escolar.

Assim, para efetivar tal objetivo foi preciso realizar uma entrevista com 10 (dez) professores da área de Educação Física na escola Municipal Ediva Maria de Paiva no município de Formosa/GO, sendo que ficou constatado pelas respostas apresentadas que, a principal dificuldade especificada pelos professores de educação física está na questão da infraestrutura da escola e a falta de material específico para realizar suas aulas com os alunos com deficiência física, pois esta escola não conta com uma quadra adaptável com rampas, pisos que não escorregam entre outros meios que favoreçam a locomoção do aluno.

Dessa forma, a partir da pesquisa foi possível alcançar o objetivo geral verificando que a questão da inclusão educacional dos alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física é muito difícil de ser alcançada pelo fato da questão da estrutura da escola que não proporciona um ambiente adaptável e materiais específicos para realizarem suas aulas. Com isso muitos alunos ficam sem realizarem as aulas permanecendo nas salas de aula esperando o tempo passar.

Assim, conclui-se com essa pesquisa que diante da hipótese aventada em se constatar se há ou não uma inclusão educacional e social dos profissionais da área de educação física com os alunos com deficiência física, fica evidente que a escola Ediva Maria de Paiva não proporciona de forma efetiva a tão clamada educação inclusiva, mesmo porque a deficiência da escola começa pela sua infraestrutura, que ao analisar o ambiente verificou-se que esta não possui um conjunto arquitetônico que propicie a locomoção do aluno deficiente, e em especial não possui quadras de esportes que sejam adaptáveis para a realização das aulas de educação física, conforme relatos dos professores entrevistados.

Outro ponto negativo que não garante a inclusão é a questão da grade curricular que não é feita de forma dinâmica e apta com as necessidades educacionais dos alunos em comento, pois o componente curricular elaborado pela escola é feito de forma geral, este não se identifica com a especialização de alguns alunos e não se adapta com as novas medidas educacionais.

Por fim, a questão da falta de capacitação dos profissionais é algo que prejudica muito a inclusão social do aluno deficiente, mesmo porque não seria viável a realização de uma melhoria na estrutura da escola e na sua grade curricular sendo que a escola não conta com professores que sejam capazes profissionalmente para poder lidar com estes alunos. Todas essas melhorias seriam mesmo que nada sem um profissional especializado e apto para realizar uma medida pedagógica que favoreça o desenvolvimento do aluno.

Assim, todos os aspectos apresentados devem se interligar para garantir a inclusão social do aluno especial, sendo que diante da escola analisada este não conta com nenhum destes meios fazendo com que o aluno fique na sala de aula sob a supervisão de qualquer pessoa ou monitores esperando o começo de outra aula, não visualizando nenhum tipo de inclusão.

Enfim, diante de tudo apresentado, conclui-se também que a problemática da inclusão social dos alunos com deficiência física é uma questão bastante discutida na esfera social, educacional e nas políticas

públicas, mas que precisa de uma atenção ainda maior, pois o cenário que se têm após a realização dessa pesquisa são escolas sem qualquer tipo de garantia de acessibilidade do aluno deficiente além de professores não capacitados e imotivados para realizar seu trabalho pedagógico, favorecendo com que os alunos se sintam excluídos do meio social, pois não recebem nenhum tipo de incentivo ou desenvolvimento na sua formação social e escolar, sendo necessária a realização de mais pesquisas de forma abrangente verificando a situação de outras escolas para ter uma noção quantitativa e qualitativa da exclusão social dos alunos com deficiência proporcionando a reunião de dados concretos para a realização de novos estudos para garantir educação inclusiva.

Assim faz-se necessário realizar um alerta não só para o Governo para realizar novas políticas públicas educacionais que favoreçam a integração e inclusão social desses alunos especiais, mas que toda sociedade se sinta responsável por tal problema, porque não será suficiente realizar melhorias nas escolas ou nos professores se a própria sociedade não realiza seu papel de cidadão garantindo o direito de igualdade de todos sem qualquer tipo de discriminação, seja ela racial de etnia ou de deficiência.

Esta é uma pesquisa que necessitará de mais estudo e que no decorrer dos próximos dias terá uma atenção a mais tendo em vista a proximidade dos grandes eventos desportivos que o nosso País irá sediar, sendo que conforme demonstrado acima, o Governo já está promovendo projetos de especialização dos profissionais da educação física para garantir uma maior acessibilidade das pessoas com deficiência ao esporte, favorecendo ainda mais a possibilidade de mudança desses dados apresentados nesta pesquisa (assim se espera).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Material Impresso:**

1. BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.
2. BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006 (Série : Saberes e práticas da inclusão).
3. CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno Deficiente Visual na Escola: lembranças e depoimentos**. 2ª Ed. Campinas, SP, 2006, Coleção Educação Contemporânea.
4. FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
5. GONZÁLEZ Rey, F. **Pesquisa Qualitativa e subjetiva: os processos de construção da informação**; tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2005.
6. GOFFREDO, V. F. S. de. **Integração ou segregação? eis a questão**. In: MANTOAN, M. T. (org.). A integração da pessoa com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.
7. MANTOAN, M. T. E., **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
8. MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda**. Revista Pátio, Porto Alegre, ano 5, nº 20.
9. OLIVEIRA, Gislene C. de. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007.
10. PORTO, Marcelo Duarte. **Educação Inclusiva: Concepções e Práticas na Perspectiva de Professores**. Editora Aplicada, Brasília/DF, 2010.
11. STAINBACK, Willian; STAINBACK, Susan. **Inclusão – Um guia para educadores**. Editora Artmed, 2008, Porto Alegre.
12. SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997.
13. Sapon-Shevin, M. (1995). **Por que alunos superdotados pertencem a escolas inclusivas**. Educacional de Liderança, 52.

14. WERNECK, Claudia. **Ninguém Mais Vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva**. 2ª Ed. Editora WVA, 2000, Rio de Janeiro.

- **Material Eletrônico**

1. BAILÃO, Manuela. **Educação Física Inclusiva numa perspectiva de múltiplas inteligências**. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd49/efi.htm>. Acesso em 06 de outubro de 2012.

2. BERNARDINO, Juliana. **Oito Atitudes Desestimulantes dos Professores**. Revista Educar para Crescer, Editora Abril, 2012. Disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/8-comportamentos-desestimulam-alunos-346197.shtml>.

3. DAMASO, Michele Cristina Medonça Carvalho. **As Barreiras Arquitetônicas como Entraves na Inclusão de Alunos com Deficiência Física**. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da Faculdade UAB-UNB Polo de Alexânia, 2011. Disponível em http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2181/1/2011_MichelleCristinadeMendoncaCarvalhoDamaso.pdf. Acesso em 23 de dezembro de 2012.

4. FARIA, Mariana Caixeta. **Inclusão social de alunos especiais na educação**. 2011. 23 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas)- Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/UEG, Brasília, 2011. Disponível em <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1772>.

5. GIL, Antonio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 1996. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11638/6840> Acesso em: 20 de outubro de 2012.

6. HIRATA, Giselle. **Uma Escola sem Barreiras**. Revista Nova Escola, Editora Abril, 2011. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/educacao-especial/escola-barreiras-495635.shtml>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

7. NASCIMENTO, Rosangela Pereira do. **Preparando Professores para Promover a Inclusão de Alunos Necessidades Educacionais Especiais**. Londrina, Paraná, 2009. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

8. _____, **Projeto Inclui Alunos com Deficiência nas de Educação Física**. Portal da Educação Física. Disponível Em <http://www.educacaofisica.com.br/index.php/escola/canais-escola/educacao-fisica-adaptada/1429-projeto-inclui-alunos-com-deficiencia-nas-aulas-de-educacao-fisica>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

APÊNDICES

Anexo I – TCLE:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

O (a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto:

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

O objetivo desta pesquisa é: Observar nas escolas como os professores de Educação Física promovem a inclusão de alunos especiais nas atividades rotineiras da grade curricular escolar.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a)

A sua participação será através de um **questionário qualquer incômodo** que o(a) senhor(a) deverá responder **na escola** na data combinada com um tempo estimado (os tempos de cada procedimento) para sua realização de **30 minutos ou 1 hora**]. Informamos que o(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Faculdade de Educação Física – Universidade de Brasília – podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Dr(a). Keila Fontana, na instituição Universidade de Brasília telefone: (61) 3107-2555, no horário: 8:00 às 12:00hs e das 14:00 às 18:00hs.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do telefone: (61) 3107-1947.



Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável
Nome e assinatura

[**Local**], ____ de _____ de _____

Anexo II – Termo de Concordância:



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
BRASÍLIA - DF
TELEFONE (061) 3107-1947
E-mail: cepfs@unb.br
<http://fs.unb.br/cepf/>

TERMO DE CONCORDÂNCIA

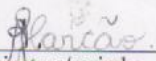
O diretor ou coordenador Adriana Alarcão Sobral

----- da escola Professora Ediva Maria de Paiva Viana está de acordo com a realização, nesta unidade escolar, da pesquisa, A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA CADEIRANTE, de responsabilidade do pesquisador Gabriel Fernandes Martins, para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso dos (as) estudantes do curso a distância de Educação Física/UnB, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

O estudo, envolve **realização de análise documental, observações participantes, entrevistas e questionários** com professores e estudantes da **Secretaria de Educação de (Porto Velho, Amapá, Ariquemes ou Brasília)**. Tem duração de 1 mês, com previsão de início para 08/2012.

(Local), Isa, 30 / agosto / 2012

Diretor/coordenador responsável:



Assinatura/carimbo
Adriana Alarcão Sobral
Diretora
Decreto nº 2985/12



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
BRASÍLIA - DF
TELEFONE (061) 3107-1947
E-mail: cepfs@unb.br
<http://fs.unb.br/cep/>

Pesquisador Responsável pela pesquisa:

Ana Cristina da Silva
Assinatura

Anexo III – Questionário:

Universidade de Brasília - UNB - Pró Licenciatura

ProEF – 1/ Pólo Planaltina

Disciplina: TCC

Docente Supervisor: Gabriel

Discente: Ana Cristina da Silva

Matricula: 0861201

Perguntas:

- Como as escolas de ensino regular vêm adaptando a disciplina de Educação Física aos alunos cadeirantes?
- Quais as dificuldades recorrentes dos professores de Educação Física em adaptar suas aulas aos alunos cadeirantes?
- Como os profissionais da Educação Física se portam frente a um aluno que possui alguma limitação motora para se adaptar com os outros alunos?
- Os professores de Educação Física se sentem capacitados e motivados para lidar com esse tipo de limitação em suas aulas?
- Quais as medidas necessárias a serem tomadas para resolver a interação dos alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física nas escolas de ensino regular?
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos cadeirantes em participar de uma aula de Educação Física?